



Parecer nº 0277/2022 – CGM

PROCESSO Nº 9/2021-00069 – SRP

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis destinados a atender aos programas de alimentação escolar (PNAE), de jovens e adultos (EJA) e alimentação escolar indígena (PNAI), ensino em tempo integral e centros municipais de educação infantil deste Município.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.182.438,34 (Três Milhões cento e oitenta e dois mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos) a ser empenhado nas Dotações Orçamentárias 2.092, 2.096. Sendo distribuído nos seguintes vencedores:

- BRASIL NORTE COMÉRCIO DE MATERIAIS EM GERAL E SERVIÇOS LTDA EPP: R\$ 1.928.887,24;
- PANIFICADORA CAPIXABA EIRELI: R\$ 105.503,10;
- PONTO COM INFORMÁTICA EIRELI EPP: R\$ 1.020.429,04;
- R & C MARTINS COMÉRCIO LTDA; R\$ 36.430,36;
- TUTTY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DO LEITE LTDA: R\$ 91.188,60;

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação – SEMEC.

CONTRATADOS: BRASIL NORTE COMÉRCIO DE MATERIAIS EM GERAL E SERVIÇOS LTDA EPP; PANIFICADORA CAPIXABA EIRELI; PONTO COM INFORMÁTICA EIRELI EPP; R & C MARTINS COMÉRCIO LTDA; TUTTY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DO LEITE LTDA.

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

Rua do Contorno, 1212 – Centro – CEP: 68625-970 – Tel.: (91) 3729-8037 / 8038 / 8001 / 8002 / 8003 / 8004 / 8005 / 8006

CNPJ: 05.193.057/0001-78 – Paragominas – PA

CONTROLADORIA: controladoria@paragominas.pa.gov.br

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União."

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

"Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;

VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo."

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

Trata-se da formalização de contrato do Processo Licitatório nº 9/2021-00069 – SRP, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objeto é Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis destinados a atender aos programas de alimentação escolar (PNAE), de jovens e adultos (EJA) e alimentação escolar indígena (PNAI), ensino em tempo integral e centros municipais de educação infantil deste Município.

O valor do Contrato será de: R\$ 3.182.438,34 (Três Milhões cento e oitenta e dois mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos) a ser empenhado nas Dotações Orçamentárias 2.092, 2.096. Sendo distribuído nos seguintes vencedores:

- BRASIL NORTE COMÉRCIO DE MATERIAIS EM GERAL E SERVIÇOS LTDA EPP: R\$ 1.928.887,24;
- PANIFICADORA CAPIXABA EIRELI: R\$ 105.503,10;
- PONTO COM INFORMÁTICA EIRELI EPP: R\$ 1.020.429,04;
- R & C MARTINS COMÉRCIO LTDA; R\$ 36.430,36;

TUTTY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DO LEITE LTDA: R\$ 91.188,60.

Os documentos, em 1 (um) volume, foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, no dia 25/04/2022, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:



- I. Ofício de Formalização de Contrato;
- II. Resposta da Empresa;
- III. Documentos da Empresa: BARSIL NORTE COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA;
- IV. Solicitação de Despesa nº 20220315014;
- V. Solicitação de Despesa nº 20220315004;
- VI. Solicitação de Documentação;
- VII. Solicitação de Despesa nº 20220315010;
- VIII. Solicitação de Despesa nº 20220315017;
- IX. Solicitação de Documentação;
- X. Documentação da Empresa: TUTTY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DO LEITE;
- XI. Solicitação de Despesa nº 20220315012;
- XII. Solicitação de Despesa nº 20220315018;
- XIII. Documentação da Empresa: PONTO COM EPP;
- XIV. Solicitação de Despesa nº 20220315008;
- XV. Solicitação de Despesa nº 202203150015;
- XVI. Documentação da Empresa: REC MARTINS COMÉRCIO LTDA EPP;
- XVII. Solicitação de Despesa nº 20220315009;
- XVIII. Solicitação de Despesa nº 20220315016;
- XIX. Solicitação de Despesa nº 20220315011;
- XX. Cópia da Ata de Registro de Preços nº 474/2022;
- XXI. Cópia da Ata de Registro de Preços nº 475/2022;
- XXII. Cópia da Ata de Registro de Preços nº 476/2022;
- XXIII. Cópia da Ata de Registro de Preços nº 477/2022;
- XXIV. Cópia da Ata de Registro de Preços nº 478/2022;
- XXV. Portaria nº 03/2021 e Publicação;
- XXVI. Solicitação de Dotação Orçamentária;
- XXVII. Encaminhamento de Dotação Orçamentária;
- XXVIII. Minuta dos Contratos;
- XXIX. Ofício nº 683/2022 (Solicitação do Parecer Técnico do Controle Interno).

É o necessário a relatar. Ao opinativo.



3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura das atas devem-se verificar todos os documentos relativos à regularidade das empresas contratadas.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o Parecer Jurídico onde foram citados os requisitos que amparam a celebração do processo administrativo.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade da formalização de contrato do Processo Licitatório nº 9/2021-00069 – SRP, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objeto é Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis destinados a atender aos programas de alimentação escolar (PNAE), de jovens e adultos (EJA) e alimentação escolar indígena (PNAI), ensino em tempo integral e centros municipais de educação infantil deste Município, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 04 de maio de 2022.


Jorge Williams de Araújo Silva Filho
Controladoria Geral do Município

Jorge Williams de A.S. Filho
Controladoria Geral do Município
Prefeitura Municipal de Paragominas